



DIREITOS: CONHECIMENTOS E UNIÃO ENCORAJAM PARA O DIÁLOGO

Ao analisar os atuais rumos da política indigenista no Brasil, o cenário que se vê é de ameaças e grandes retrocessos que ferem os direitos garantidos pela Constituição Federal. Se forem aprovadas, as propostas de mudanças nas leis terão impactos negativos e duradouros para os povos originários. Por outro lado, em todo o Brasil, o movimento indígena tem se colocado com força e perseverança na luta por seus direitos. Os povos indígenas do médio rio Solimões estão nessa luta e é importante que continuem se fortalecendo em suas organizações e comunidades para reivindicar seus direitos e não permitir que seja destruído o que foi conquistado com muita luta por todos os povos indígenas do Brasil.

Nesta edição do Huhuride, você acompanha as atividades do 1º semestre do ano 2 do projeto “Garantindo a defesa de direitos e a cidadania dos povos indígenas do médio rio Solimões e afluentes”, que contribui com esse fortalecimento. O semestre começou com viagens de articulação em de 30 aldeias. Infelizmente, em função de situações de violência ocorridas no rio Japurá, em 2017, algumas comunidades não puderam ser mais acompanhadas e o projeto teve que rever o seu planejamento. Novas aldeias foram incluídas e as que não serão mais acompanhadas pela equipe, poderão participar das atividades como convidadas.

Neste semestre também foi realizada a 2ª etapa das Oficinas Político-jurídica e as lideranças estudaram as leis indígenas nacionais e internacionais que ajudam a defender os direitos. O Mutirão em Defesa de Direitos foi realizado na aldeia Taquara, em Carauari, que recebeu representantes de diferentes secretarias e órgãos públicos municipais.

Outra atividade importante foi a viagem à Brasília de uma delegação de cinco lideranças representando os povos da região, para levar as demandas das comunidades para a FUNAI e para o Ministério



Raimunda Kanamari compartilhando aprendizados na Oficina Político-jurídica na aldeia Taquara, em Carauari. Foto: Raimundo Francisco. Cáritas/CIMI Tefé.

Público Federal. Antes, se reuniram com outros povos da Amazônia, em Manaus. E, em Brasília, uniram-se a povos das outras regiões do Brasil. A equipe do projeto acompanhou a realização da XII Assembleia da Associação do Povo Deni do Rio Xerua - ASPODEX, além de serem produzidos materiais e informativos para dar maior visibilidade à violação dos direitos dos povos indígenas.

Neste semestre, apesar da conjuntura difícil para os povos indígenas, o projeto avançou, realizou várias atividades e, segundo os depoimentos, as lideranças estão de posse de mais conhecimentos e se sentem encorajados a atuar em defesa de seus direitos. A liderança Marizanu Makhivi Deni, durante a XII Assembleia da ASPODEX, expressou seu desejo de continuar lutando pelos direitos indígenas: “*Juntos, sem medo, vamos continuar no diálogo com aqueles que apoiam nós, em parceria e unidos*”.

Esta mensagem de resistência e de luta para serem ouvidos pelas autoridades ganhou um grande aliado: o Papa Francisco. Em seu encontro com os indígenas, no Peru, conclamou todos a escutarem os povos indígenas: “Precisamos escutá-los!!”

Boa leitura!!

Realização



Apoio:



“Reafirmamos nossa existência enquanto povos fortes e resistentes frente a tantos ataques, retrocessos, descaso e omissão do poder público. Nós, povos indígenas, nossas organizações, comunidades e lideranças continuaremos lutando e exigindo respeito aos nossos direitos”.

Trecho Final do documento elaborado no 1º Encontro Regional - Tefé. Setembro/2017.

CONQUISTAS: RESULTADO DO CONHECIMENTO E DA ORGANIZAÇÃO

Acompanhamento e articulação nas aldeias

Em seu 2º ano, o projeto deixou de atuar em algumas aldeias devido as diversas situações de violência ocorridas no Rio Japurá, inclusive os membros da equipe (Edvarde e Nelma) foram vítimas de tentativa de assalto. Por esse motivo, as comunidades indígenas Araucá, Ebenézer, Jubará, São José do Cuiú-cuiú, São Pedro, Vila Nova I, Nova Esperança e Vila Nova não poderão mais ser acompanhadas. Novas comunidades foram convidadas e inseridas no projeto, são elas: Aldeia Projeto Mapi (Kaixana), Laranjal (Miranha) e Severino (Apurinã), em Tefé; aldeia Bauana (Kanamari), no Juruá; Nova Canaã, (Kanamari), e Mapari (Kaixana), no Japurá. Nas regiões de Tefé, Japurá e Itamarati, os educadores articularam e planejaram atividades em 30 outras comunidades.

Encontro Regional

Independência, autonomia, força e determinação, foram as palavras mais pronunciadas no 1º Encontro Regional de Formação e Troca de Experiências com as Lideranças das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes, em setembro de 2017. Seu objetivo foi partilhar saberes e experiências, e refletir sobre os ataques do atual governo às políticas indígenas. Participaram 68 lideranças dos povos Kokama, Kambeba, Miranha, Madija Kulina, Kanamari, Deni, Mayoruna, Maku Nadëb e Kaixana, das 27 comunidades indígenas de Tefé, Uarini, Carauari, Maraã Itamarati, Alvarães e Japurá. Também estavam presentes representantes das organizações indígenas, UNIPI-MSA, Conselho



Grupo de Trabalho no 1º Encontro Regional de Formação e Troca de Experiências com as Lideranças das Organizações e Comunidades Indígenas. Foto: Francisca Cardoso. Cáritas/CIMI Tefé.

Indígena de Japurá - CIJA, ASPODEX e ASPOTAX. Foi elaborado um documento denunciando as violações de direitos à saúde e educação indígena, e à paralisação dos processos de demarcação de terras indígenas. O documento foi encaminhado às autoridades, ao MPF e às organizações sociais parceiras. As lideranças aguardam um retorno do MPF e das autoridades.

Mutirões de Defesa dos Direitos Indígenas

Realizado na aldeia Taquara, em Carauari, o Mutirão de Defesa de Direitos trouxe o poder público para dialogar na comunidade com os povos Kanamari e Madija Kulina, das aldeias Taquara, Matatibem e Bauana. Estiveram presentes representantes das Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social, Coordenação do Polo Base de Saúde Indígena de Carauari, Centro de Desenvolvimento Humano de Carauari, Conselho Tutelar, Centro da Juventude, professores não indígenas da escola da aldeia Taquara, Coordenação Municipal de Educação Escolar Indígena e as equipes do CIMI e da OPAN. Os temas debatidos foram: direitos civis, políticos, sociais e indígenas, legislações e políticas públicas específicas para os povos indígenas. As denúncias estão em uma Carta Aberta que foi entregue às autoridades. Os povos aguardam pronunciamento das autoridades para a resolução dos problemas.

Oficinas de formação político-jurídica

As Oficinas de Formação Político-Jurídica já estão na sua 2ª etapa e foram realizadas nas aldeias Porto Praia de Baixo (Tefé); São Francisco (Maraã); Jutaf (Japurá) e Matatibem (Carauari). Ao todo, 219 lideranças participaram e aprofundaram conhecimentos sobre direitos indígenas. Especialmente, a Convenção 169 que assegura a consulta livre, prévia e informada aos indígenas sobre qualquer situação que afete seu território e suas vidas. Valtunino Pacaio Kambeba, da aldeia Boarazinho, Tefé, se mostrou satisfeito e, em sua avaliação sobre a oficina, disse: *“é importante saber do direito de sermos consultados sobre tudo que afeta nossas vidas, terras e povos. É bom saber que tem parentes que já fizeram seus protocolos de consulta, onde dizem como, de que forma e sobre o que querem ser consultados!”*.

“Muitas questões relacionadas à saúde precisam também da participação do poder público e cadê a responsabilidade pública? A prefeitura só contrata durante a campanha política”. *Umada Kuniva Deni, secretário de mesa da ASPODEX, responsável pela tradução dos diálogos das línguas Deni e português durante a XII assembleia da ASPODEX.*

INCIDÊNCIA POLÍTICA: SEGURANÇA NO DIÁLOGO ALCANÇA CONQUISTAS

Incidências políticas locais...

Segurança no diálogo com o poder público nas incidências políticas realizadas é um dos resultados das atividades de capacitação sobre direitos indígenas. Em Carauari, os povos Madija Kulina e Kanamari, de Taquara, Bauana e Matatibem se reuniram com o Secretário Municipal de Saúde e o Diretor do Hospital Regional para reivindicar o atendimento à saúde de suas comunidades e apresentar suas demandas e proposições que venham contribuir para o melhor atendimento dos povos. O secretário se comprometeu a dar respostas às reivindicações e recebeu das lideranças indígenas um documento com as suas demandas, que também foi entregue ao Prefeito e ao coordenador do Polo Base de Saúde Indígena. As lideranças aguardam o retorno das autoridades com as melhorias solicitadas para a saúde indígena.

... e em Brasília

Uma delegação de cinco indígenas representando os povos atendidos pelo projeto foi à Brasília para audiências com o presidente da FUNAI, Franklimberg Ribeiro, com a equipe do Setor de Terras do órgão e com o presidente da 6ª Câmara do MPF, Luciano Mariz Maia. As lideranças Anilton Bras Kokama, de Porto Praia de Baixo (Tefé), Marcela Balieiro Kaixana, da aldeia Mapí (Tefé), João Faustino Miranha, de São José do Cuiú-cuiú (Tefé), Edson Ferreira Madjá Kulina, de Matatibem (Carauari) e Raymon Kanamari, da aldeia Taquara (Carauari), acompanhados de Edvarde Bezerra, educador do projeto, entregaram e eles, cinco documentos com relatos das violações de seus direitos, das situações territoriais, casos de discriminações e, até, ameaças de morte por parte de invasores. Os documentos foram elaborados pelas lideranças nas aldeias durante as atividades do projeto, no 1º Encontro Regional em Tefé e no encontro em Manaus, com povos de outras regiões da Amazônia, que antecedeu a viagem à Brasília.

A importância da articulação com outros povos está na força da luta conjunta. Ao chegarem a Brasília, a delegação se uniu a outros representantes indígenas de todas as regiões do país e participaram de palestras, trocas de experiências e da Marcha pela revogação do Parecer Anti-demarcação de Michel Temer (001/2017 AGU).

Além dos documentos, foram entregues mapas das terras, elaborados pelas lideranças com apoio do projeto e do CIMI Regional Norte I. A delegação deixou Brasília com a promessa do presidente da FUNAI de contratar mais pessoas para acelerar os processos de demarcação e de utilizar os mapas indígenas nas demarcações. As organizações indígenas do Médio Solimões têm que ficar mobilizadas para fiscalizar o cumprimento do acordo.



Tuxaua Anilton Bras da Silva Kokama, aldeia Porto Praia de Baixo, Tefé, entrega documentos da região do médio rio Solimões e afluentes para o presidente da FUNAI, Franklimberg Ribeiro. Foto: Edvarde Bezerra. Cáritas/CIMI Tefé

XII Assembleia da Associação do Povo Deni do Rio Xerua

Em novembro de 2017, na aldeia Itaúba, em Itamarati, foi realizada a XII Assembleia da ASPODEX, com o tema: “*Nas lutas, conquistas e perspectivas, o Povo Deni na resistência celebra sua história*”. Participaram mais de 200 indígenas, entre homens e mulheres. Foram convidados representantes do Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes – DSEI/MRSA, Conselho Distrital de Saúde Indígena – CONDISI e organizações parceiras e aliadas a causa indígena (CIMI e OPAN). Mas, nenhum representante do poder público compareceu. Sentindo-se desrespeitados, os participantes questionaram sua ausência e produziram um documento exigindo o cumprimento de seus deveres, que foi entregue às autoridades. Além do documento com suas demandas, foi elaborado um manifesto contrário ao requerimento de lavra garimpeira na região do médio rio Juruá, registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNMP). A área pretendida para exploração está localizada no entorno da terra indígena Deni. É importante que a ASPODEX e comunidades continuem reivindicando seus direitos.

“Não adianta só os brancos tomarem a decisão sobre nossas terras e nossa vida e a gente ficar de trás sem saber de nada. Eles já vêm com o documento e a decisão tomada, só pra gente aceitar o que eles querem. Eles não respeitam as decisões dos índios. Temos que dizer não. Assim como eles, nós também exigimos respeito”. *Professora Diene da Silva Barbos Maku Yahupida.*

CONQUISTAS: RESULTADO DA ORGANIZAÇÃO E DA PARTILHA

Planejamento, monitoramento e avaliação

No final do semestre de 2017, foi realizado mais um encontro das equipes e assessores do projeto para avaliar as atividades realizadas e planejar as próximas. A reunião contou com a participação do representante do CIMI Regional Norte I, **Francisco Loebens**, que fez uma análise das políticas indígenas nacionais. “A situação é preocupante, pois as reformas neoliberais terão impactos durante muito tempo em suas vidas”, avalia Francisco. Para o projeto, os desafios continuam: contribuir com o fortalecimento dos indígenas através das atividades de estudos e promoção de conhecimentos, para que se fortaleçam na luta por seus direitos.



Professor Paulo Leonardo, da aldeia Roçado, TI Uneuxi, Santa Isabel do Rio Negro, filmando apresentação do grupo de trabalho durante o Estudo de Caso realizado na aldeia Nova São Joaquim.
Foto: Nelma Catulino. Cáritas/CIMI Tefé.

4 Boletins Huhuride produzidos

O Boletim Huhuride reúne as principais informações do projeto. A cada semestre, um boletim é produzido e distribuído nas 27 aldeias dos municípios de Tefé, Carauari, Itamarati, Japurá e Maraã, para os mais de 1300 indígenas dos povos Kanamari, Madija Kulina, Miranha, Tikuna, Mayoruna, Maku Nadeb, Kokama e Kambeba. E, agora, para os povos Miranha, Kaixana e Apurinã, que se integraram ao projeto.

Com este, foram quatro edições produzidas, que resumiram as ações de um ano e meio de realização do projeto.

Estudar para compreender

Uma atividade de registro e visibilidade da violação dos direitos que sofrem os indígenas participantes do projeto é a produção de Estudos de Caso. No ano 1, foi feito o estudo sobre as Terras Indígenas dos povos Kokama e Kambeba, de Porto Praia de Baixo e Boará/Boarazinho, em Tefé.

Esse ano, o estudo é sobre a Educação Escolar Indígena do povo Maku Nadëb, nas aldeias Jeremias, Jutaí e Nova São Joaquim, em Japurá. O objetivo é denunciar que as escolas não são declaradas como escolas indígenas, apesar do povo ser reconhecido, ter a terra demarcada e ser falante da língua. O estudo é importante para lideranças, organizações, comunidades e professores indígenas utilizarem nas suas ações, e para reivindicar o reconhecimento das escolas como escolas indígenas.

Vídeo participativo

Em junho de 2017, foi realizada a Oficina de Comunicação com lideranças das organizações indígenas e educadores, sobre técnicas básicas de vídeo para filmar eventos nas comunidades, reuniões com o poder público e atividades de valorização da cultura indígena. O objetivo é que esse grupo faça pequenos vídeos sobre a realidade das aldeias. Fique atento, você pode ser convidado a participar.

Os vídeos serão os produtos finais do projeto.

Garantindo a Defesa de Direitos e a Cidadania dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes

Realização: Cáritas e CIMI da Prelazia de Tefé.

Apoio: CAFOD e União Europeia.

Coordenação: Raimundo Nonato.

Equipe de educadores: Nelma Catulino, Fábio Pereira, Francisca Cardoso, Fabiana Caresto, Francisco Amaral, Márcia Borges e Edvarde Bezerra.

Assessorias: Chantelle Teixeira (jurídica), Lígia Apel (comunicação) e Satya Caldenhof (gestão).

Texto e arte final: Lígia Kloster Apel

Revisão: Coordenação do projeto e Leandro Inakake

Contatos:

Cáritas Tefé: (97) 3343-2775 - caritastefe@gmail.com

CIMI Tefé: (97) 3343-2544 - cimitefe@gmail.com

www.facebook.com/caritasecimitefeamazonas